

A “interiorização” do golpe: os efeitos da ditadura civil-militar na educação em Vitória da Conquista-Bahia (1964-1985)

The “interiorization” of the coup: the effects of the civil-military dictatorship in education in Vitória da Conquista-Bahia (1964-1985)

La “interiorización” del golpe: los efectos de la dictadura civil-militar en la educación en Vitória da Conquista - Bahia (1964-1985)

ELENICE SILVA FERREIRA
CARLOS ROBERTO JAMIL CURY

Resumo: A presente pesquisa buscou investigar as relações de poder em uma escola pública, em Vitória da Conquista-BA, durante o período de Ditadura Civil-Militar no Brasil, a partir das memórias de professores, tendo como abordagem teórica a Sociologia Compreensiva em Max Weber. Lançamos mão, também, de documentos escritos que nos remeteram à estrutura e às ações da escola investigada. Concluímos que, nesta, as relações de poder foram semelhantes aos tipos de relações produzidas na sociedade. Estas explicitam a dominação racional, pautada no movimento de mando e obediência e fortemente permeada por elementos afetivos.

Palavras chave: Escola; professores; ditadura civil-militar.

Abstract: This research investigates the power relation in a public school in Vitória da Conquista, Bahia, during the Civil-Military Dictatorship in Brazil, from the memories of teachers and the theoretical approach in the Comprehensive Sociology by Max Weber. We also made use of written documents which led us to the structure and actions of the investigated school. We concluded that in it the power relationships were similar to the types of relationships produced in society. They explain the rational domination marked in the movement of command and obedience and strongly permeated by affective elements.

Keywords: School; teachers; civil-military dictatorship.

Resumen: : La presente pesquisa buscó investigar las relaciones de poder en una escuela pública, en *Vitória da Conquista*, Bahia, durante el período de Dictadura Civil-Militar en Brasil, a partir de las memorias de profesores, teniendo como enfoque teórico la Sociología Comprensiva en Max Weber. Recurrimos también a documentos escritos que nos remetieron a la estructura y a las acciones de la escuela investigada. Concluimos que en ésta las relaciones de poder fueron semejantes a los tipos de relaciones producidas en la sociedad. Éstas explicitan la dominación racional pautada en el movimiento de mando y obediencia y fuertemente permeada por elementos afectivos.

Palabras clave: Escuela; profesores; dictadura civil-militar.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a história do Brasil é marcada por crises de natureza social, econômica e, sobretudo, política. Pode-se considerar como uma das crises políticas mais complexas, no Brasil, o período que ficou conhecido como Ditadura Civil-Militar (ALVES, 2005). Este período, que teve início em março de 1964, caracterizou-se pela ênfase no crescimento econômico, no autoritarismo, na repressão e na violência contra toda forma de manifestação contrária ao Regime, que se prolongou até 1985.

No plano educacional, o período foi marcado por reformas verticalizadas (ROMANELLI, 2003), cujo arcabouço encontrava-se, sobretudo, nos acordos assinados entre os governos brasileiro e americano, conhecidos como “acordos MEC/USAID¹” (Ministério da Educação e Cultura/*United States Agency for International Development*).

Em todo o país, a educação passou a operar sob a égide das reformas educacionais, efetivadas a partir da aprovação das Leis n.º. 5.540/1968, de reforma do ensino superior, e a de n.º. 5.692/1971, de reforma do 1º e 2º graus, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases n.º. 4.024/1961 (CUNHA, 1996).

No que tange à gestão escolar, nesse contexto, a direção das escolas, de modo geral, continuou a ser “cargo de confiança” dos governos estaduais e municipais e as escolas públicas tinham seu provimento efetivado por nomeação do governador ou do prefeito. Neste sentido, no período ditatorial², pelo clima existente, foi acentuado o poder de diretores escolares e de pessoas que, na instituição escolar, representavam o Estado (SAVIANI, 2002). Este tipo de comportamento revela uma relação de poder nas ações do diretor em relação aos outros sujeitos da instituição escolar, o qual age segundo os “dispositivos legais da escola”. Neste tipo de relação, Weber (1995) lembra que o sentido da ação³ do sujeito, neste caso, os dirigentes da escola, acompanha muito o tipo de dominação que ele adota. Assim, as interações no interior desta instituição

¹ A USAID é um organismo do governo dos Estados Unidos que, a partir de 1964, passou a dar assessoria ao Governo Civil-militar no Brasil, sobretudo na área de educação. A concepção de educação da USAID assentava-se em três princípios básicos: educação e desenvolvimento, educação e segurança e educação e comunidade (FAZENDA, 1988; WARDE, 1979).

² Embora o Brasil tenha vivido dois longos períodos de ditaduras (a do Estado Novo e a Civil-Militar) e outros curtos, ao longo do presente trabalho estaremos utilizando com frequência a expressão “período ditatorial” para nos referirmos ao período de Ditadura Civil-Militar no Brasil, que iniciou com o Golpe Civil-Militar de 1964 e permaneceu até 1985.

³ Segundo Weber, “por ‘ação’ deve entender-se um comportamento humano, tanto faz que se trate de um comportar-se externo ou interno, ou de um permitir ou omitir, sempre quando o sujeito ou os sujeitos da ação ligam a ela um sentido subjetivo. A ‘ação social’, portanto, é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela, no que diz respeito ao seu desenvolvimento” (WEBER, 1995, p. 400).

distanciavam-se do desejo de construção de um espaço democrático, inerente à natureza da escola pública, inclusive inviabilizando um fazer pedagógico voltado para a formação da cidadania plena, implicando difíceis relações no ambiente escolar, sobretudo com os agentes ligados diretamente ao diretor da escola, neste caso, os professores.

A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo e teve como principal fonte as memórias de professoras da rede pública de ensino. A opção pela rede pública deve-se ao fato de que, neste segmento, o Estado exercia um forte poder político e ideológico, no período em questão. Tivemos, como sujeitos, um grupo de oito professoras⁴, de quem buscamos obter informações sobre o cotidiano do trabalho docente no período investigado, visando apreender de que maneira as relações estabelecidas na escola investigada, e fora dela, influenciaram no processo de atuação política ideológica e pedagógica dos professores. Ademais, mesmo a documentação oral tendo sido eleita como principal instrumento de investigação; lançamos mão, também, de documentos escritos como leis, atas, correspondências recebidas, livros de ponto, jornais, etc., que nos remeteram à estruturação e às ações da escola investigada.

A escolha pela referida escola deve-se ao fato de esta ter funcionado, na época do Regime Ditatorial, no mesmo prédio onde funcionava o Tiro de Guerra 06-006⁵ e, sobretudo, por ter sofrido interferências diretas desta instituição militar em sua rotina de trabalho. Nesta perspectiva, na busca de evidências, foram utilizadas as seguintes estratégias metodológicas: análise documental e entrevistas semiestruturadas, para consultas às fontes orais.

Salientamos que esta localização social e geográfica da escola, próxima à instituição militar, levou-nos a supor que as relações de poder, em seu interior, se davam, também, com base nos condicionantes políticos externos do período em questão. Assim sendo, buscamos realizar uma análise historiográfica da sociedade no contexto da pesquisa, suas instituições e as formas como elas se relacionavam social e politicamente. Enfim, a realização do presente trabalho, a partir da metodologia de História Oral, possibilitou-nos evidenciar as memórias das professoras entrevistadas, levando-nos a constatar a variabilidade de experiências

⁴ É válido ressaltar que constatamos, na escola pesquisada, no período recortado para a pesquisa, a presença de apenas três professores do sexo masculino. Dentro destas condições, foi possível localizar, para a pesquisa, somente pessoas do sexo feminino, que eram maioria na escola, naquela época.

⁵ O Tiro de Guerra, conhecido com TG, é uma instituição militar do Exército Brasileiro encarregada de formar reservistas (Atiradores) para o Exército. A organização de um TG ocorre em acordo firmado com as prefeituras locais e o Comando da Região Militar. Existem, hoje, mais de 200 TG's, distribuídos por quase todo o território brasileiro (BRASIL, 2011). Até o ano de 1980, o Tiro de Guerra recebia a designação numérica 06-120, referente à sexta Região Militar, da qual fazem parte os Estados da Bahia e Sergipe (06), como uma das doze Regiões Militares do Exército Brasileiro (120). A partir deste período, a referida designação passou a ser a seguinte: 06-006, que se refere à 6ª Região Militar e ao sexto Tiro de Guerra, criado na Bahia.

pessoais e profissionais destas, vivenciadas no cotidiano de um contexto político conflituoso e que estavam guardadas em suas memórias. Deste modo, convencemo-nos de que a experiência com a História Oral, por nós realizada, ajudou-nos a compreender melhor a história da sociedade brasileira e a História da Educação no Brasil.

A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E NA BAHIA

O cenário político e econômico brasileiro, situado entre a década de 1930 e o ano de 1964, caracterizou-se, no plano econômico, sobretudo, pela implantação gradual da ordem econômica industrial capitalista e, no plano político, pela alternância de governos que consolidaram a tendência populista nas bases políticas brasileiras.

Freitag (1979) define a fase que vai de 1945 até o início dos anos 1960 como fase de aceleração e diversificação do processo de substituição de importações, que se intensifica no governo de Kubitschek (1956-1960).

No ano de 1960, Jânio Quadros é eleito presidente da República⁶. Este contou com forças políticas contrárias à sua permanência na presidência, levando-o à renúncia poucos meses após ter assumido o cargo. Em seu lugar, assume o cargo o vice-presidente João Goulart que, a despeito do seu elevado índice de popularidade, não teve a sua posse para presidente transcorrida em plena tranquilidade. Neste período, a atmosfera política não se mostrava favorável ao seu governo, de modo que, em março de 1964, todas as forças pareciam convergir para uma mudança radical no cenário político brasileiro.

O Golpe Civil-militar de 31 de março de 1964⁷ foi o desfecho desta turbulência, com a vitória dos que defendiam a internacionalização da economia.

⁶ Por conta da legislação “defeituosa” da época (votava-se separadamente para presidente e para vice-presidente), o candidato a presidente Jânio Quadros não conseguiu eleger o seu candidato a vice, Milton Campos, um dos principais políticos da UDN, de modo que quem se elegeu para vice-presidente foi João Goulart, do PTB. Assim, o país ficou na situação de ter um presidente e um vice-presidente eleitos por forças políticas antagônicas (CARVALHO, 2010).

⁷ Não há um consenso, entre alguns pesquisadores, acerca da data em que ocorreu o Golpe Civil-Militar de 1964, no Brasil. Enquanto para Ianni (1975), ele se deu em 1º de abril de 1964, para Gorender (1998) ele ocorreu em 31 de março do mesmo ano. De acordo com Alves (2005), os militares sempre comemoraram o golpe de Estado como sendo no dia 31 de março. Isto porque, segundo a autora, a oposição dizia que o golpe tinha sido a pior brincadeira de 1º de abril que se havia pregado na população brasileira. “Ficava feio celebrar o dia da ‘memorável revolução’, como eles chamavam o golpe, no dia 1º do abril. Então, foi feita uma pequena mudança na história” (ALVES, 2005, p. 9).

Pouco tempo após a deposição de Jango⁸, era empossado o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, como o primeiro presidente do Regime Civil-Militar. A partir de então, inicia-se, no Brasil, o período de total falta de democracia real, apesar da preservação desta ser a justificativa para o Golpe, no discurso de seus mentores. Enfim, a segurança interna justificou as diversas medidas tomadas para garantir a ‘liberdade dos cidadãos’ tão exaltada no discurso do general Golbery do Couto e Silva, um dos “intelectuais orgânicos” do Regime Ditatorial. Com esta filosofia como “norte”, o governo passa, então, a “conduzir” o país com “mãos-de-ferro”, lançando mão de uma sequência de Atos Institucionais, entre eles, o Ato Institucional nº 5, considerado a expressão mais acabada da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Na Bahia, segundo Dias (2009), a elite política baiana também se preocupou com os rumos que a política estava assumindo em nível nacional, ou melhor, com o estabelecimento da nova ordem⁹. O então governador Lomanto Júnior (1963-1967) encontrava-se numa posição incômoda e optou por um posicionamento que lhe garantisse posição confortável, junto ao novo poder instituído. Naquele contexto, a Assembléia Legislativa deixou evidente a força majoritária do grupo udenista apresentando, inclusive, uma moção de apoio ao Golpe.

No ano de 1979, o Congresso aprovou a tão esperada Lei de Anistia (BRASIL, 2011). Esta, segundo Alves (2005), resultou de intensas negociações com a oposição. Contudo, a reconquista da democracia no Brasil não foi um ato de outorga ou de concessão dos militares, mas uma “conquista lenta, forjada no território dos movimentos sociais” (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 144), dos partidos de oposição, dos sindicatos e das tantas outras instituições organizadas na sociedade civil.

OS ‘EFEITOS’ DO GOLPE DE 1964 NA BAHIA

Vimos que a situação política que tomou forma no Brasil a partir de março de 1964 implicou mudanças substanciais na forma de governar os Estados e municípios, em todo o país. No contexto político baiano, ganhava corpo um

⁸ Apelido atribuído ao presidente João Belchior Marques Goulart, frequentemente empregado, inclusive, pelas camadas populares (GASPARI, 2002).

⁹ A mobilização do grupo udenista baiano, para a desestabilização do governo João Goulart, contou com nomes de destaque no cenário político baiano daquele contexto. Dentre eles, se destacaram Juracy Magalhães e Luiz Viana Filho. Após o Golpe, ambos foram prestigiados com cargos na embaixada nos Estados Unidos e no Gabinete Civil, respectivamente (DIAS, 2009).

fenômeno político denominado carlismo¹⁰ (DIAS, 2009), que se materializou, sobretudo, a partir de 1971, quando o chefe político daquele contexto, Antônio Carlos Magalhães (ACM), consolidou-se no poder. Anos antes, no contexto do Golpe de março de 1964, ACM já buscava maior projeção política no Brasil, ao atuar como deputado federal. Entretanto, o mesmo retorna ao seu reduto eleitoral, em 1967, quando ocupa o cargo de prefeito de Salvador, indicado pelo então governador Luís Viana Filho¹¹. Assim, pela via desta indicação, o carlismo lançou as bases de uma trajetória política marcada por práticas de trocas de favores, compadrio e perseguições políticas a grupos adversários, tudo favorecido pelo contexto político ditatorial da época. Nascia, portanto, neste movimento político, uma forma de governar que se identificava, sobremaneira, com o coronelismo republicano tão bem descrito por Faoro (2004), Leal (1997) e Queiroz (1969), já que esta prática política “demonstra ter uma forma bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos” (JANOTTI, 1987, p. 80).

Assim, sob a liderança de ACM e com o irrestrito apoio dos militares no poder, o carlismo avança Bahia adentro, em busca de garantir as suas bases políticas junto aos aliados locais. Foi neste contexto político “conturbado” que ACM foi indicado ao governo estadual¹² (1971-1974), como um ardoroso defensor do Regime Civil-Militar.

A despeito do revés político sofrido em 1974, quando Roberto Santos foi eleito, indiretamente, governador do Estado, também pela ARENA, ACM permaneceu como força política, na Bahia, durante todo o período ditatorial, sendo vencido apenas nas eleições diretas de 1986, pelo candidato da oposição Waldir Pires (PMDB)¹³.

¹⁰ Conforme Dias, o carlismo teve, em sua trajetória, três momentos marcantes: o primeiro, que vai da desestabilização de Jango à sucessão de Castelo Branco, momento do surgimento de lideranças ainda não consolidadas, como era o caso de ACM; o segundo, que compreendia os primeiros anos da década de 1970, quando ocorriam as primeiras tentativas de autonomia, com os rompimentos intensos e mal calculados, resultando no ostracismo político; o terceiro coincidia com as eleições de 1978, ocasião de coroamento do processo de consolidação do carlismo na Bahia e a fase de sua ascensão em nível nacional (DIAS, 2009, p. 201).

¹¹ Conforme determinação do Ato Institucional nº. 3, de janeiro de 1966, os prefeitos dos grandes centros urbanos só poderiam chegar ao poder por meio da indicação dos governadores dos Estados. (BRASIL, 2011).

¹² Conforme Dias (2009), com o carlismo em ascensão, o período compreendido entre 1970 e 1982 pode ser definido como de acomodação das forças políticas remanescentes ou originárias do golpe de 1964. Ainda que cada um, ao seu modo, buscasse intervenção decisiva no diretório regional da ARENA e na Assembleia Legislativa da Bahia, o que prevaleceu foi a coesão do bloco conservador, liderado por Antônio Carlos Magalhães. O carlismo, então, surgiu como alternativa conciliadora dos interesses conservadores e autoritários (DIAS, 2009, p.11).

¹³ Em 1986, a candidatura de Francisco Waldir Pires de Souza foi vitoriosa na Bahia, em função das mudanças políticas e econômicas no país. Entretanto, a frente que elegeu Waldir Pires compunha-se tanto de partidos de centro e da esquerda opositora da Ditadura que se extinguiu, como de ex-carlistas, tal qual o candidato a vice-governador Nilo Moraes Coelho. Este assumiu o governo quando Waldir se afastou para pleitear a vice-

É válido lembrar que, desde a década de 1970, ACM não poupou ataques aos grupos de oposição e Vitória da Conquista tornou-se um de seus alvos prediletos. Um fato que marcou esta relação conflituosa foi a provocação, feita logo no primeiro dia do horário eleitoral gratuito na televisão, em 1970, em que ACM desafiou a oposição baiana:

O MDB a mim não engana, nem permitirei que vá enganar o povo. Comigo aqui na Bahia isso não vai acontecer. Desafio o MDB a se definir claramente, sem trapacear. O MDB é a favor do comunismo ou contra o comunismo? O MDB é a favor da revolução ou contra a revolução? O MDB é a favor dos militares ou contra os militares? (NADER, 1998, p. 163).

Esta forma provocativa de governar alcançou os mais longínquos municípios baianos, o que garantiu a ACM a confortável posição de líder político representante e fervoroso defensor da Bahia no cenário político nacional, de maneira que, aos poucos, o carlismo tornou-se bandeira de combate ao comunismo no Estado. A sua conduta de “defensor do povo baiano” conferiu-lhe uma dominação carismática bem no sentido weberiano de “devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) [...]” (WEBER, 2010, p. 354). Assim, ACM via como “dever daqueles a quem dirige sua ‘missão’ reconhecê-lo como seu líder carismaticamente qualificado” (WEBER, 2010, p. 172).

Todavia, segundo Dias, depois da derrota em 1974, Antônio Carlos Magalhães tomou a decisão de não somente integrar a ARENA como, também, de cooptar administradores municipais da oposição. No sudoeste da Bahia, esta oposição ao governo carlista teve maior representatividade na cidade de Vitória da Conquista. O efeito desta oposição política foi um longo período de perseguição política ao município pelo grupo carlista, liderado por ACM, sobretudo após a eleição dos prefeitos de oposição, a partir de 1972 sem, evidentemente, “desamparar” os seus aliados políticos, generosamente recompensados com cargos públicos.

Desta maneira, em toda a Bahia, os tentáculos do poder ditatorial estenderam-se rumo às áreas interioranas, pela via de um poder mediatizado pelo governo do Estado. Assim, o governo estadual, sob o jugo do carlismo, consolidou, na vida política, sobretudo no interior da Bahia, uma “cultura mandonista”, por vezes denominada de coronelismo, no sentido aqui atribuído

presidência ao lado de Ulisses Guimarães (1989-1991). “O fracasso de ambos em seus intentos não somente favoreceu o retorno de ACM, como evitou que ele caísse no obscurantismo político, uma vez que lhe foi possível fazer oposição ferrenha à administração de Nilo Coelho – considerada desastrosa para a Bahia – enquanto reorganizava suas bases eleitorais” (DIAS, 2009, p.183).

por Faoro (2004)¹⁴. Assim, a elite política baiana, capitaneada por ACM, era pródiga em personalidades públicas carismáticas, como muito bem caracterizou Max Weber (1963, 2010). Estas possuíam a força suficiente para governar numa ditadura e o carisma necessário para confundi-la como uma democracia (DIAS, 2009).

Enfim, as práticas coronelistas empreendidas pelo governo do Estado, que se estenderam para o interior da Bahia criaram, na sociedade local, uma “cultura do medo” (ALVES, 2005, p. 204). Este fato, portanto, levou muitas pessoas, inclusive professores da época, a silenciarem ou a se colocarem à margem de quaisquer movimentos que sinalizassem para qualquer ação contrária à ordem política imposta.

“A INTERIORIZAÇÃO DO GOLPE”: OS REFLEXOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA–BAHIA

A luta pelo poder, no município de Vitória da Conquista, por grupos políticos locais, vem de longa data. Os conflitos políticos locais, como resultado de querelas políticas antigas na cidade, envolvem diferentes grupos e ideologias políticas. Esta genealogia do poder convergiu para José Fernandes Pedral Sampaio (PSD), personagem político que protagonizou a luta contra a repressão política no município, após o Golpe de 1964.

Conforme Medeiros (2011), Pedral foi eleito prefeito de Vitória da Conquista em 1962, pela coligação PSD/MTR, vencendo o candidato Jesus Gomes dos Santos, candidato da coligação UDN/PRP (MEDEIROS, 2011). O novo prefeito iniciou seu governo enfrentando os desafios da agitada fase política pela qual passava o país, iniciada com a posse e a renúncia do presidente Jânio Quadros. A fase de governo de João Goulart coincidiu com momento de lutas sociais e, neste contexto, ganhou corpo o debate acerca das “Reformas de Base”. Conforme Medeiros (2011), em Vitória da Conquista, as ideias de “Reformas de Base” alcançaram forte repercussão, de modo que a vida política nacional repercutia em Vitória da Conquista e nela se acentuou quando João Goulart assinou o decreto da Reforma Agrária. Dias (2009), afirma que a proposta reformista entusiasmou o prefeito Pedral e seu grupo político que,

¹⁴ Ao estudar o coronelismo no período republicano no Brasil, Raymundo Faoro (2004) define o que ele chamou de “coronel tradicional”, como sendo um chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. Segundo ele, este conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política, de maneira que o vocábulo “coronelismo” penetrou na evolução político-social do país e, particularmente, na atividade partidária dos municípios brasileiros (FAORO, 2004, p. 621-622).

embora oriundos do coronelismo conquistense, “compreendiam a necessidade de inserção do município dentro da estrutura política e econômica do país, que acompanhava as atualizações do capitalismo ocidental” (DIAS, 2009, p. 74).

É fato que a medida motivou muitos protestos e, em Vitória da Conquista, políticos de direita e fazendeiros reagiram. No fervor dos debates, realizou-se, no Cine Conquista, um ato durante o qual estes criticaram veementemente o então Presidente da República, combateram a ideia de reformas e os comunistas.

Naquele contexto, a cidade festejava a inauguração da rodovia que ligava Salvador ao Rio de Janeiro. Dias (2001) afirma que o evento adquiriu tanta importância que o Presidente João Goulart, pessoalmente, veio prestigiar a solenidade realizada na divisa dos Estados da Bahia e Minas Gerais, ocasião em que proferiu um fervoroso discurso¹⁵ e em que, a convite das autoridades locais, visitou Vitória da Conquista (DIAS, 2001).

Com a deflagração do Golpe, em Vitória da Conquista, nas palavras de Medeiros (2011), era chegada a hora da “desforra”. Não se tratava apenas de combater a subversão e os comunistas, mas de se vingar. Nesta perspectiva, Dias (2001) afirma que, tão logo o Golpe foi consumado e foram definidas as primeiras medidas de “saneamento” da política interna, o capitão Antônio Bendochi Alves Filho, udenista e lacerdistas convicto, foi designado para coordenar a prisão e a deposição dos adversários, em Vitória da Conquista. A sua chegada na cidade provocou apreensão e medo na população local, inclusive pela prisão e exibição pública de dezenas de pessoas suspeitas de subversão. Conforme o mesmo historiador, a Câmara Municipal foi coagida a votar a cassação do mandato de José Pedral, sob vigilância armada, sendo as principais acusações contra o prefeito: compor o Grupo dos Onze, núcleos organizados por Leonel Brizola; participar da Frente de Libertação Nacional, que seria liderada por Waldir Pires (político baiano de oposição ao Regime); provocar agitação no país e estar se preparando, militarmente, para a guerrilha.

Em seu lugar, tomou posse no cargo o vereador Orlando da Silva Leite. Assim, as prisões do prefeito José Pedral e de algumas dezenas de pessoas, entre os quais vereadores de sua base de apoio, foram providenciadas imediatamente (DIAS, 2001).

¹⁵ A reprodução do texto deste discurso encontra-se no O Jornal de Conquista, edição de 08 de junho de 1963, p. 4, disponível no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista-BA. (DISCURSO..., 1963).

É válido salientar que, após a eleição, pela Câmara de Vereadores, do prefeito Orlando da Silva Leite (por oito votos a zero), o presidente em exercício da mesma instituição, Dr. José Gil Moreira¹⁶, encaminhou ofícios destinados ao Presidente da República, ao Governador do Estado da Bahia, ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, ao Secretário de Segurança Pública da Bahia e ao chefe do Quartel General em Salvador, comunicando o ocorrido na respectiva sessão da Câmara.

Na mesma época, também foram presas mais de vinte pessoas, entre presidentes de sindicatos, jornalistas, bancários, vereadores etc. (MEDEIROS, 2011). Em um ônibus, estacionado na Praça Barão do Rio Branco, no centro da cidade, eram conduzidos os prisioneiros e, dali, eram levados às celas do Batalhão de Polícia, onde eram interrogados, respondendo a IPM – Inquérito Policial Militar, sob supervisão do Sr. Antonio Bendochi Alves Filho, Capitão do Exército.

Entretanto, a sanha repressiva do Estado ditatorial não parou por aí. Conforme Medeiros (2011), em 13 de maio de 1964, um dos presos, Péricles Gusmão Régis, apareceu morto na cela onde fora aprisionado. Era um vereador combativo. Embora vinculado ao MTR – Movimento Trabalhista Renovador – pelo qual fora eleito, tinha ligação com grupo de esquerda. Sua morte não foi bem explicada e a informação oficial (que aparece em seu registro de óbito) é a de suicídio.

Decorridos os fatos, afirma Dias (2001), foi exatamente o posicionamento favorável de prefeitos do interior da Bahia¹⁷ às Reformas de Base do presidente João Goulart e a tentativa de aproximação de alguns deles com os movimentos populares que despertaram a atenção do Comando Militar, no interior do Estado.

Enfim, o Golpe de 1964 teve ampla repercussão no interior da Bahia. Não obstante, o MDB, partido da ‘oposição’, elegeu o prefeito Jadiel Vieira Matos, em 1972, em Vitória da Conquista e, posteriormente, elegeu o prefeito Raul Carlos de Andrade Ferraz, no período de 1977 a 1980. Este, por força da Emenda Constitucional nº 14, de 09 de setembro de 1980¹⁸, teve o seu mandato prorrogado por mais dois anos, concluindo-o, portanto, em 1983.

¹⁶ Dr. José Gil Moreira, eleito vereador em 1962, pelo PTB, era o pai do cantor e compositor baiano Gilberto Gil, que militou contra a Ditadura no Brasil, sendo exilado em Londres, juntamente com seu amigo, também cantor e compositor baiano, Caetano Veloso, após o AI 5.

¹⁷ Segundo Dias, prefeitos como Virgildásio Senna, em Salvador; Francisco Pinto, em Feira de Santana; Murilo Cavalcante, em Alagoinhas e José Pedral, em Vitória da Conquista, somaram-se a tantos outros que viveram a experiência da perseguição, da cassação e dos danos aos direitos políticos no período em questão (DIAS, 2009).

¹⁸ Art. 209 - Os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e seus Suplentes, estender-se-ão até 31 de janeiro de 1983, com exceção dos Prefeitos nomeados. Parágrafo único - As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores serão realizadas simultaneamente em todo o País, na mesma data das eleições gerais para Deputados (BRASIL, 2011).

Hoje, de variadas maneiras, Vitória da Conquista guarda as marcas dos tempos de turbulência política das duas décadas de ditadura no Brasil. A cidade, como guardiã desta memória, também buscou eternizá-la em forma de homenagem a todos aqueles que buscaram combater o Regime, nas condições históricas dadas. Esta homenagem está materializada em um Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos da Bahia¹⁹, edificado na Praça Tancredo Neves, em Vitória da Conquista, inaugurado em 9 de julho de 1998 (Foto 1).

Enfim, os conflitos políticos que abalaram a vida da população de Vitória da Conquista refletiram-se em vários setores da sociedade local, inclusive na educação, que foi severamente atingida pelas políticas efetivadas na época, sobretudo em sua prática gestora, na esfera das escolas públicas.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Saviani afirma que independe de reformas da educação a expansão quantitativa do ensino, pois o seu fator determinante não seria a criação de novas leis, mas a forma como evolui a sociedade brasileira (SAVIANI, 2006). Assim sendo, percebemos que o processo evolutivo da educação, no município de Vitória da Conquista, deu-se em um movimento marcado pelo desenvolvimento político e econômico da região, muito mais que pela criação de novas leis.

No que concerne aos acontecimentos políticos no Estado da Bahia, em 1947, Otávio Mangabeira assume o governo do Estado, em uma conjuntura de retorno ao estado democrático, após anos de ditadura do Estado Novo. Na composição de seu secretariado, ocupou a cadeira de Secretário de Educação o educador Anísio Teixeira. Em sua notável atuação como secretário, Anísio Teixeira empenhou-se na preparação e na defesa do capítulo da educação e cultura na Constituinte Baiana, em 1947²⁰,

¹⁹ Trata-se de uma obra dos conquistenses, o artista plástico Romeu Ferreira e a professora Ana Palmira Cassimiro. O trabalho traz uma figura humana vazada, dando o sentido de ausência. Há uma placa de homenagem afixada na lateral do referido monumento, onde constam os nomes dos seguintes mortos e desaparecidos políticos baianos, durante a Ditadura no Brasil: Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Aderval Alves Cordeiro, Carlos Marighella, Demerval da Silva Pereira, Dinaelza Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira Teixeira, Eudaldo Gomes da Silva, Jorge Leal Gonçalves, José Lima Piahuí Dourado, João Carlos Cavalcante Reis, José Campos Barreto, Joel Vasconcelos Santos, Luis Antônio Santa Bárbara, Mário Alves de Sousa Vieira, Maurício Grabois, Nilda Carvalho Cunha, Nelson Lima Piahuí Dourado, Péricles Gusmão Régis, Pedro Domiense de Oliveira, Otoniel Campos Barreto, Rosalindo Sousa, Sérgio Landulfo Furtado, Stuart Edgard Angel Jones, Uirassu de Assis Batista, Vitorino Alves Moitinho, Vandick Reidner Pereira Coqueiro, Wálter Ribeiro Novaes.

²⁰ Conforme Menezes, o referido capítulo propõe e consegue aprovar normas e princípios mais avançados do que os previstos na Constituição Federal de 1946. São eles:

(a) a existência do Conselho Estadual como responsável pela administração da educação e mesmo pela indicação do Diretor de Instrução, com o objetivo de garantir a autonomia administrativa dos serviços educacionais;

(b) a criação do Fundo Estadual de Educação, previsto em 1934, e retirado em 1946, para garantir autonomia financeira;

retomando, assim, a sua luta incansável em defesa da educação pública.

Em seu programa de construção de escolas rurais em quase todos os municípios baianos, Anísio Teixeira contemplou Vitória da Conquista com a construção de duas escolas em seus distritos. Mas foi na década de 1960 que as reformas educacionais ganharam forte impulso, não apenas na Bahia, mas em todo o país. Nesta época, na Bahia, a expansão da Rede Estadual de Ensino teve início no governo de Luís Viana Filho (1967-1971), indicado pelos militares e eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa.

Em Vitória da Conquista, na administração do prefeito Jadiel Matos (MDB), houve uma significativa Reforma Administrativa, sendo criada, neste período, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pela Lei Municipal nº 010/1973(SILVA, 1996). Ainda no mesmo período, o advento do café como cultura economicamente dominante no município trouxe, como consequência, o inchaço populacional, resultando em vários outros problemas sociais, entre eles o número elevado de analfabetos e de crianças fora da escola. Daí a política educacional do município aparecer refletida na criação de 226 escolas²¹, cinco colégios de 1ª à 8ª série e cinco creches espalhadas pelo município (SILVA, 1996). Além do mais, a Lei Municipal nº 04, de 30 de maio de 1967, autoriza o Poder Executivo a elevar de 65 para 100 o número de auxiliares de ensino²², lotados no Departamento de Educação e Cultura do município.

Em 30 de abril de 1976, o município aprovou a Lei nº 103. Nela está especificado o quadro do Magistério do município, constituído de cargo de provimento em comissão, de cargo de provimento efetivo e de contratado. Entre os cargos de provimento em comissão, providos por livre nomeação e exoneração do prefeito, estão os de diretor e de vice-diretor de escolas. No que concerne à contratação de professores, a referida lei prevê a contratação destes profissionais para as diversas classes, cujos requisitos de contratação se dão sem a exigência de formação no Magistério, o que contraria o Art. 30 da Lei nº 5.692/1971, que rege sobre as exigências de formação mínima para o Magistério. Foi o caso dos professores de nível 1 e 2²³.

(c) a existência de uma Lei Orgânica de Ensino, só modificável por maioria absoluta na Assembleia, de modo a assegurar estabilidade à concepção pedagógica e à organização escolar criadas; (d) garantia, na Constituição Baiana, de gratuidade em todos os níveis de ensino, avançando mais do que o previsto na Federal, na qual a gratuidade é limitada ao ensino primário (MENEZES, 2001, p. 22).

²¹ Leis Municipais nº 38/1964; nº 39/1964; nº 47/1964; nº 48/1964; nº 49/1964; nº 50/1964; nº 51/1964; nº 93/1965; nº 03/1967; nº 24/1967 e nº 101/1971.

²² A Auxiliar de Ensino era a professora sem a formação em Magistério. Ela possuía formação apenas em nível de 1º grau.

²³ No nível 1, os que possuírem formação de primeiro grau do nível 1; no nível 2, os que possuírem formação completado o 1º grau; no nível 3, os que possuírem formação do 2º grau; no nível 4, os que possuírem formação do 2º grau, com estudos adicionais; no nível 5, os que possuírem curso superior sem licenciatura plena e os que

Já a Lei Municipal nº. 157, de 12 de agosto de 1978, voltava-se, basicamente, para o investimento nos profissionais da educação no município. Ela concedia ao professor “treinamentos e gratificações pelo desempenho da função” (Art. 10º, Art. 11º). Entretanto, sabe-se que, até o ano de 1985, o município ainda contava com 44,3% de professores leigos²⁴.

AS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA

Ao nos reportarmos às questões que marcaram a vida política do Brasil nas décadas de 1960 a 1980, vimos que o Regime Ditatorial imposto em 1964 refletiu, sobremaneira, nos hábitos e na rotina da população presente nos diversos segmentos sociais. A escola, em geral, e a pública, em particular, como instituição diretamente subordinada às regulamentações específicas do Estado, não ficou impermeável a tais mudanças.

A escola pesquisada estava subordinada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Deste órgão, vinham as orientações para a organização administrativa e o funcionamento da mesma, inclusive as advindas dos órgãos federais e estaduais; portanto, todos os atos e decisões da escola eram calçados nos documentos legais.

Foi com o olhar de quem reconhece nesta estrutura burocrática “um instrumento de poder de primeira ordem” (WEBER, 1963, p. 265) que, ao entrevistarmos as professoras da pesquisa consideramos, também, as suas experiências como orientadoras pedagógicas, diretoras e vice-diretoras de escola na época, já que, nesta condição, elas se encontravam divididas entre as demandas da escola e as atribuições que o “cargo de confiança” lhes impunha.

É fato que, na escola pública, a disposição das funções e hierarquias delimita os espaços de poder, de modo que esta configuração dá-se com a autoridade interna máxima, representada pela diretora. Assim sendo, a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, em sua organização interna, contava com uma diretoria composta por uma diretora nomeada e, a partir do ano de 1969, ela passou a contar com duas vice-diretoras. A partir de 1978, a escola passou a contar com uma assistente de diretoria, cargo criado pela Lei Municipal nº 157/1978 e conhecido também como professor-assistente e com uma auxiliar de secretaria, que dava conta do funcionamento deste órgão por dois turnos. Já os professores formavam um quadro que contava com duas professoras apenas, no

possuírem licenciatura curta; no nível 6, os que possuírem licenciatura plena e, no nível 7, os que possuírem licenciatura plena, com pós-graduação (LEI MUNICIPAL nº 103/76, Art. 6º).

²⁴ Professor sem formação superior, não-licenciado. Também fazem parte desta categoria os professores que são graduados em diferentes áreas, em nível de bacharelado, e atuam como docentes.

ano de 1964, chegando até 29 professores, no ano de 1985. Quanto ao serviço de vigilância da escola, este era feito pelos próprios Atiradores do Tiro de Guerra, que circulavam pelo prédio do TG, onde a escola funcionava, durante todo o dia de trabalho, além de se ocuparem, também, com a limpeza do ambiente.

Dentro desta estrutura, as regras e as normas eram comuns e predominavam as regras escritas, cujos sujeitos envolvidos teriam que cumprir. São estas práticas de poder na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa que tentamos analisar, por meio da abordagem de três aspectos referentes às relações de poder na escola:

a relação das professoras com colegas, diretoras e com os órgãos administrativos da Rede Municipal de Educação;

- a) o nível de participação destes sujeitos nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, naquele contexto;
- b) as relações entre a escola e os representantes do governo ditatorial e as interferências do Regime Civil-Militar na dinâmica da escola.
- c) as relações entre a escola e os representantes do governo ditatorial e as interferências do Regime Civil-Militar na dinâmica da escola.

A RELAÇÃO DAS PROFESSORAS COM COLEGAS, DIRETORAS E COM OS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sabemos que a configuração real das relações de poder na escola não vai estar refletida apenas em sua organização formal. Assim sendo, partimos da análise do poder já legalmente instituído na escola, em sua estrutura administrativa para, a partir daí, irmos ao encontro da análise das ações dos sujeitos que ali atuaram. Assim, ao serem entrevistadas, as professoras, em sua maioria, manifestaram certa insatisfação com as atitudes da administração da escola, no que se refere à condução das atividades naquele espaço. Em entrevista feita com a professora Rita Angélica, ela chamou a atenção para este fato.

[...] Ela falava e a gente acatava. Às vezes a gente nem gostava, né? Às vezes a gente não aceitava, mas respeitava. Não gostava, mas respeitava. Diretora naquele tempo era indicada, a gente dizia que eram as “Capitanias Hereditárias” [risos]. Tinha diretora que não era muito simpática, mas era cargo de confiança, ela era a chefe, o que passava na escola ela levava pra Secretaria [de Educação].

Este comportamento reporta-nos à abordagem weberiana sobre o

poder como sendo a probabilidade de um indivíduo impor a sua vontade no seio de uma relação social, mesmo contra resistências e sobre a dominação como a probabilidade de aí encontrar pessoas dispostas a obedecer à ordem que lhes é dada (WEBER, 1963; 1995; 1999; 2010). Assim, este tipo de relação, relatado pela professora, revela a existência de um sujeito, neste caso, a diretora, que representava “a voz e os ouvidos” do Poder Executivo na administração da escola. Neste sentido, a diretora tem sua autoridade legitimada pela própria posição que ocupa na hierarquia da escola, mas não tem quase nenhum poder, no sentido posto por Weber, uma vez que ela [a diretora] não estava impondo a sua própria vontade, mas a vontade do Estado que ela representava ali (PARO, 2006).

Outrossim, na medida em que a diretora não havia sido indicada pela maioria, mas nomeada pelo seu superior, as relações sociais na escola revelavam um tipo de dominação não legitimada, posto que os sujeitos da escola não haviam participado de sua escolha e as professoras, na maioria das vezes, apenas acatavam aquilo que era determinado pela direção. Este é um tipo de dominação pela autoridade. Esta dominação tem como tipo mais puro, neste caso, o poder da autoridade administrativa, e “se baseia num dever de obediência” (WEBER, 1999, p. 189). Neste tipo de dominação, aqueles que se submetem aceitam as ordens por considerá-las válidas, independentemente de seus interesses ou motivos.

Em oposição a esta dominação por autoridade, manifestada na escola, Weber (1999) aponta a dominação por interesses, isto é, aquela que existe em “virtude de uma constelação de interesses” (WEBER, 1999, p. 188). Esta

fundamenta-se, exclusivamente, nas influências que pode fazer valer, em virtude de uma propriedade garantida de alguma forma (ou de uma habilidade disponível no mercado), e que exerce sobre a ação formalmente “livre” e aparentemente voltada para interesses próprios dos dominados (WEBER, 1999, p. 189).

Nesse sentido, as professoras que se submeteram à ordem dos seus superiores fizeram-no pelo fato de que, quem dá a ordem, possui instrumentos que podem ser utilizados contra os interesses daqueles que se submetem.

A professora Rita Angélica lembrou que esta condição se refletiu na sua relação com a diretora, em decorrência de sua forma de ingresso na escola e de suas implicações:

Tinha diretora que a gente tinha respeito, outras a gente tinha medo, porque naquele tempo não tinha concurso, a gente “entrava pela janela, porque a porta estava fechada”. Eu mesma “entrei pela janela [...]”. Por isso a gente tinha o receio de ser mandada embora, então a gente acatava.

Ao afirmar que “entrou pela janela”, isto é, que assumiu a função de professora na escola por via de indicação política, a professora entendeu que a garantia do seu emprego estava na obediência ao que a sua “chefê” determinava. Esta rede de interrelações entre a direção e as professoras da escola foi apontada em seus relatos, deixando evidente a pouca estima das professoras por algumas diretoras e uma grande simpatia delas por outra diretora, a professora Ana Maria, que ocupou o cargo, presumivelmente de 1974 a 1978. Esta foi citada por todas as professoras entrevistadas como sendo alguém dinâmica, companheira e “festeira”. As professoras referiam-se à diretora Ana Maria da seguinte forma: “Ana Maria era inteligente e falava numa calma (Professora Maria Vitória). “Na época de Ana Maria tinha reunião de pais, tinha lanche, tinha foto” (Professora Nicéa).

Observa-se, assim, que a relação das professoras com a referida diretora estava pautada, principalmente, nas qualidades pessoais da gestora e nas relações interpessoais que ela mantinha com os seus “subordinados”. Contudo, no cotidiano da escola, esta diretora exercia uma dominação que aparecia materializada em suas ações, tanto do ponto de vista legal, quanto carismático, posto que nenhuma dominação se contenta com a obediência pura e simples. Todas procuram despertar e cultivar, nos membros, a crença em sua legitimidade (WEBER, 1999). É neste sentido que retomamos os três tipos de dominação legítima apontados por Weber (2010), que Freund resume da seguinte forma:

A dominação legal, [...] de caráter racional, que tem por fundamento a crença na validade dos regulamentos estabelecidos racionalmente e na legitimidade dos chefes designados nos termos da lei; [...] a dominação tradicional, que tem por base a crença na santidade das tradições em vigor e na legitimidade dos que são chamados ao poder em virtude de costume e a dominação carismática, que repousa no abandono dos membros ao valor pessoal de um homem que se distingue por sua santidade, seu heroísmo e seus exemplos (FREUND, 2003, p. 167).

Mas, segundo Weber (2010), estas formas de dominação, raramente, encontram-se em estado puro. Comumente, o poder de mando apresenta-se de forma muito modesta, “sendo o dominador considerado o ‘servidor’ dos dominados e sentindo-se também como tal” (WEBER, 1999, p. 193). A fala da professora Margarida Fonseca, que foi diretora da escola entre os anos de 1970 e 1973, deixa evidente esta postura.

Quando eu cheguei lá pelo Estado, elas [as professoras] ficavam meio receosas, mas aí eu disse: Não. Vamos fazer uma coisa amiga, todo mundo aqui é professora, tem que ter uma dirigente, essa dirigente nomeada aqui sou eu. Então vamos ser amigas, todo mundo faz a sua parte. Temos os mesmos direitos, temos horários e tudo bem. (Professora Margarida).

Contudo, por mais modestas que sejam as ações empreendidas por uma administração, pelo fato de certos poderes de mando terem sido conferidos a algum funcionário, a tendência é que a situação deste, em uma simples administração servidora, naturalmente, desemboque numa expressa posição dominante (WEBER, 1999).

Enfim, as relações sociais forjadas naquele espaço se desenrolavam de modo a delimitar os espaços de ação de cada sujeito que ali atuava. Assim, formou-se uma cadeia hierárquica na escola, em que um sempre cobrava resultados do outro, de modo que todos tinham que dar conta de uma exigência feita por uma autoridade superior.

O NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DAS PROFESSORAS NAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS DA ESCOLA NAQUELE CONTEXTO

Quando questionadas acerca de sua participação nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, as professoras deixaram evidente que, em uma organização escolar cuja orientação é autoritária, a área de influência do professor é restringida, especialmente na área de tomada de decisões. Neste sentido, a professora Maria Vitória afirmou que: “Os negócios já vinham de lá da Secretaria [de Educação] [...]”.

Assim, na medida em que as professoras cumpriam o que lhes era imposto, elas “validavam” as ordens da diretora de maneira racional, pelo reconhecimento da validade da ordem por quem manda e por quem obedece. A “validade” da ordem era considerada como um mandamento para as professoras, cuja transgressão não somente trazia prejuízos, mas era rejeitada pelo “sentimento do dever” por elas próprias (WEBER, 1995).

AS RELAÇÕES ENTRE A ESCOLA E OS REPRESENTANTES DO GOVERNO DITATORIAL E AS INTERFERÊNCIAS DO REGIME CIVIL-MILITAR NA DINÂMICA DA ESCOLA

Estas práticas de poder manifestadas na escola refletiam muito o contexto ditatorial da época. É na análise desta conjuntura política que, ao adentrarmos um pouco mais o território das relações de poder na Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa, deparamo-nos com outros sujeitos que não pertenciam ao universo escolar e que, não obstante foram, também, protagonistas destas relações sociais, dada a localização geográfica da escola e o contexto político

da época. Trata-se dos oficiais militares²⁵ que administravam o Tiro de Guerra 06-120 e que conviveram diretamente com os sujeitos da escola. Em todas as entrevistas feitas, eles foram lembrados, às vezes como alguém de presença “necessária” no espaço onde funcionava a escola, outras vezes como alguém que impunha a ordem.

Questionadas sobre como se davam as relações entre a escola e os chefes do TG em suas diferentes gestões na instituição militar, todas as entrevistadas afirmaram que tinham uma relação amigável com os oficiais. Para elas, os chefes do Tiro de Guerra eram pessoas importantes ali, porque elas podiam contar com a “ajuda” deles nas atividades culturais e cívicas da escola e, sobretudo, nos cuidados com a disciplina dos alunos.

Era tudo bem, funcionava tranquilo. Quando a gente precisava, para a disciplina dos alunos, [...] eles interferiam [os militares], ajudavam muito na disciplina. Os meninos [alunos] tinham aquele receio, né? Eles viam aqueles homens de farda e tinham medo. Porque, às vezes, eles não obedeciam e a gente pedia auxílio. [...] Eu achava, apesar de tudo, que a gente num tinha problema nenhum com eles [os militares], pelo contrário, eles ajudavam. Eles cediam o salão [auditório] [...] Era ali que tinha as reuniões de pais e mestres. [...] Os meninos [alunos] tinham muito respeito! Era o Sargento, era o Tiro de Guerra, eles respeitavam! As professoras também! Funcionava tudo ali, tudo tinha que dar satisfação. A escola não fazia o que queria não, tinha que falar com o Sargento [...]. (Professora Maria Vitória).

Este relato denota uma relação de poder mais explícita. Além de citar a ajuda dos oficiais com a “disciplina” dos alunos, ressaltando o receio destes pela presença dos “homens de farda” no ambiente onde funcionava a escola. A entrevistada deixa claro que este era também um comportamento normal entre as professoras, que teriam que dar satisfação aos militares de tudo ali. Ou seja, as professoras até tinham certa “autonomia”, mas não era tudo que podiam fazer, porque estavam em um espaço que não “pertencia à escola”.

Havia uma hierarquia militar que avançava o seu poder até a escola, favorecida pela convivência de ambas no mesmo espaço. E, como instituição burocrática, o Tiro de Guerra também buscava, nas normas escritas, a afirmação da sua hierarquia e da autoridade. Assim, a escola era mobilizada a se fazer presente com o seu corpo docente, administrativo e estudantil, sempre que fosse “solicitada” pela administração do Tiro de Guerra, nas diferentes atividades promovidas pela instituição, em especial, as cerimônias de recepção de oficiais de

²⁵ **Postos e Graduações do Exército (Hierarquia Militar):**

1. Oficiais Gerais: Marechal, General de Exército, General de Divisão, General de Brigada; **2. Oficiais Superiores:** Coronel, Tenente-Coronel, Major; **3. Oficiais Intermediários:** Capitão; **4. Oficiais Subalternos:** 1º Tenente, 2º Tenente, Aspirante-a-Oficial; **5. Graduados:** Subtenente, 1º Sargento; 2º Sargento, 3º Sargento, Taifeiro-Mor, Cabo, Taifeiro de 1a Classe, Taifeiro de 2a Classe, Soldado (BRASIL, 2011).

patente militar superior. Estes oficiais vinham de Salvador para fazer a inspeção das instalações da sede do TG e o acompanhamento dos trabalhos dos oficiais na instituição, cujos jornais locais noticiaram com exaltação os vários eventos desta natureza, ocorridos na época.

As experiências aqui apresentadas denotam o quanto as relações sociais na escola investigada, permeadas por um sentimento, ora de amizade, ora de respeito, pautadas na atenção, na generosidade e na competência, refletem uma prática da dominação legal e carismática, ao mesmo tempo. Lá os atores da pesquisa respeitavam a hierarquia, conscientes de seus direitos e deveres. As resistências e antagonismos comuns neste tipo de organização institucional existiam, mas, é claro, não se manifestavam no dia-a-dia, evitando as situações de embate ou luta aberta, pela imposição de opiniões contrárias à ordem. Além do mais, em nome da confiança e do respeito, os professores se submetiam às ordens repassadas pelos órgãos administrativos da Rede Municipal de Ensino, transmitidas por seus superiores que, não raro, incorporavam a essas ordens os “pedidos” dos chefes do Tiro de Guerra, atenciosos, generosos e zelosos, cuja posição hierárquica eles reconheciam e respeitavam.

RELAÇÕES DA ESCOLA COM O AMBIENTE CULTURAL E POLÍTICO NO PERÍODO DITATORIAL

Silva Jr. (1993) convida-nos a rever a escola pública como um local de luta ideológica, do entrechoque das ideias e das convicções. Em seu interior, “manifestam-se as tensões e as correlações de forças que atravessam todo o tecido social” (SILVA JÚNIOR, 1993, p. 15). Assim, acreditamos que conhecer a maneira como a escola se faz em suas relações cotidianas, é voltar-se para as suas relações tanto internas quanto externas e, neste movimento, apreender como o poder perpassa as várias relações estabelecidas entre os seus sujeitos. É com este olhar que buscamos compreender como se deram as relações da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa com o ambiente cultural e político ao qual ela se encontrava imersa no período ditatorial no Brasil, ressaltando que as comemorações, sejam elas quais forem, não são uma prática desprovida de conteúdo político e ideológico.

Assim, no contexto ditatorial, as atividades festivas nas escolas, sobretudo as de caráter cívico, adotaram uma dimensão de apologia à pátria, ou de enaltecimento aos “vultos” da História, favorecendo, sobremaneira, a propagação doutrinária do Regime imposto. Comumente, a comunidade escolar da Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa era, frequentemente, “convidada” pelos oficiais e mobilizada a se fazer presente em suas comemorações cívicas.

A partir dos relatos *mnemônicos* feitos pelas professoras, constatamos que, embora as comemorações cívicas fossem feitas com a participação e a dedicação das mesmas às atividades realizadas, elas nem sempre faziam por vontade própria, mas porque estava sendo exigido que se fizesse. Desta maneira, visualizamos, na conduta das professoras, uma “motivação concreta” para o cumprimento das ‘solicitações’ dos militares. Esta “motivação concreta” pode se dar quando “o mandado pode ser cumprido por convicção de sua conformidade, por um sentimento de obrigação, por medo, por ‘mero costume’ ou por causa de vantagens pessoais” (WEBER, 1999, p. 191). Deste modo, as professoras e o seu grupo viam-se na obrigação de cumprir o que lhes era apresentado, possivelmente motivados por um costume ou, até, por medo da reação dos seus “superiores” na hierarquia escolar e, também, daqueles que operavam fora de sua esfera de atuação, neste caso, os chefes do TG.

Em sua entrevista, ao afirmar que: “as atividades cívicas a gente tinha que fazer, porque os militares estavam lá dentro” e “eles ficavam ali de olho sabendo o que tava acontecendo”, a professora Jucineide deixa entendido que o fato de a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa ter funcionado no mesmo espaço do TG favorecia uma vigilância maior, por parte dos militares, sobre o trabalho dos professores, inclusive nas atividades cívicas das quais elas deveriam participar com os alunos.

Esta prática “formadora” de moral e civismo implicava uma força plasmadora de comportamentos e inspiradora de atitudes, não apenas nos sujeitos da escola, mas na comunidade como um todo. Decerto, algumas comemorações, como os desfiles de 7 de setembro, ocuparam lugar de destaque nas memórias das professoras, presumivelmente, pelo ambiente político daquele contexto, reforçador das crenças e dos ideais cívicos. Acreditamos que tal conduta deve-se, também, à adesão destas professoras a uma história “oficial”, presente na memória coletiva, incorporada e vivida por estes sujeitos em seu ambiente cultural e social.

Aqui, buscamos um entendimento mais amplo do macrossocial a partir do seu microssocial. Daí que várias narrativas estavam impregnadas de saudosismo, entusiasmo, de sensação do dever cumprido, mas também de certa angústia por terem se conservado, na maior parte do tempo de docentes, como cumpridoras de ordens, sem muitas chances para, também, pensarem o projeto de educação e, portanto, de escola.

CONCLUSÕES

Trazer à tona histórias que evidenciam relações de poder narradas por sujeitos que representam a “história vista de baixo” (HOBSBAWM, 1998) não constitui uma tarefa fácil. Entretanto, é com o olhar de que a compreensão do passado histórico é um exercício necessário ao nosso fazer no presente, que buscamos algumas respostas para as questões postas em nossa proposta de investigação.

A pesquisa documental nos permitiu conhecer um pouco das políticas educacionais, no âmbito estadual e municipal, construídas naquele contexto político conturbado, em especial, na segunda metade da década de 1960, em que constatamos a existência de uma significativa legislação municipal nessa área.

Quanto à realidade educacional de Vitória da Conquista, os documentos revelaram a opção do governo municipal pelo investimento em educação na zona rural, principalmente na construção de escolas. O mesmo não se deu na zona urbana, onde o investimento nesta área foi reduzido e, a partir desta forma de administrar, a Escola Municipal Cláudio Manuel da Costa ergueu-se no terreno ocioso da sede do Tiro de Guerra 06-120.

Quanto às relações de poder forjadas em seu interior, estas envolveram uma série de fatores internos e externos à unidade escolar. Neste sentido, os depoimentos revelaram memórias semelhantes e opiniões construídas sobre as relações que envolviam os dirigentes da escola, os gestores da Secretaria Municipal de Educação, os oficiais do TG e os professores. A este respeito, desde o início da pesquisa, observamos que as relações de poder na escola investigada não se pautaram em apenas uma forma de dominação. Assim, constatamos, evidentemente, a presença de uma relação de dominação racional-legal, contendo muitas das características burocráticas apontadas por Weber (1963, 1999), já que o seu funcionamento dava-se com base em normas estabelecidas, sendo permeado por fortes componentes da dominação carismática.

Na direção da escola, havia estabelecida, ali, uma relação de dominação muito comum nas estruturas hierárquicas das instituições, pautadas no movimento de mando e obediência. Havia, também, na escola, a chamada “dominação em virtude de uma constelação de interesses” (WEBER, 1999, p. 188), cuja manifestação, nas relações sociais forjadas naquele espaço, ficou bem nítida nas falas das professoras. Neste tipo de dominação, também, não precisava haver crença em sua legitimidade para que os sujeitos se submetessem, mas bastava existir a defesa de um interesse.

Ademais, o fato de a escola ter funcionado no mesmo espaço em que funcionou também uma instituição militar, não a deixou isenta das investidas dos

oficiais militares em sua rotina revelando, assim, uma relação de dominação que transcendeu o espaço escolar.

Apesar do receio pela vigilância dos Sargentos à rotina da escola, as professoras consideravam um “privilégio” poderem conviver com tais autoridades, sempre zelosas e prestativas. Assim, as professoras mostravam-se sempre dispostas a atenderem os “pedidos” dos chefes do Tiro de Guerra, reconhecidos por elas, também, pela generosidade. A pesquisa revelou, portanto, que a obediência foi a tônica da conduta de todos os sujeitos da escola, tanto às ordens advindas da Secretaria Municipal de Educação, quanto às “solicitações” dos Sargentos do TG.

Ao investigar as relações de poder mais amplas, vimos que os conflitos políticos que marcaram a história de Vitória da Conquista estavam diretamente relacionados aos acontecimentos políticos mais amplos, tanto em nível federal, quanto estadual.

Medo, controle e cerceamento são palavras que ilustraram os depoimentos dos atores da pesquisa e caracterizam a atmosfera do contexto. Isto, talvez, nem tivesse acontecido com a intensidade com que aconteceu, caso a escola não estivesse funcionando nas “entranhas” de uma instituição militar. A grande habilidade do Regime consistiu em incutir nas pessoas, em geral, um sentimento de insegurança e vigilância constante, que funcionava como inibidor de movimentações contrárias mais exacerbadas e isto ficou bem evidente na escola pesquisada. As ações dos oficiais militares, junto à rotina da escola, não fugiram à análise weberiana, segundo a qual a ação racional é orientada por um fim determinado (WEBER, 1995). O comportamento destes sujeitos objetivava alcançar determinados resultados, que faziam parte de suas expectativas e que foram perseguidos de maneira racional, de modo que os mesmos lançaram mão dos diversos instrumentos dos quais dispunham na época. A vigilância à rotina da escola foi um exemplo disto.

Concluimos esperando contribuir, com esta investigação, para o entendimento da dinâmica das relações sociais de poder no interior da escola pública e, como afirmamos antes, para a descoberta de caminhos que apontem para a construção de uma prática gestora e pedagógica efetivamente democrática como condição *sine qua non* para a construção de uma sociedade igualmente democrática, sem desconsiderar o que as memórias têm a nos dizer. Afinal, “na mistura, é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24).

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. 1964-1984.** São Paulo: EDUSC, 2005.

BAHIA. Legislação Municipal de Vitória da Conquista. **Banco de Leis da Câmara Municipal.** Disponível em: <http://www.camaravc.com.br>. Acesso em: 12 mai. 2012a.

BRASIL. Atos Institucionais. **Legislação histórica.** Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais#content>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/exercito>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. Legislação Educacional Brasileira. **Casa Civil da Presidência da República.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-por-assunto/educacao-teste/educacao#basico>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Ata da Reunião da Câmara Municipal no dia 06 de maio de 1964.** Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1964, p. 2-6.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil, o longo caminho.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DIAS, José Alves. **A subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia, 1964-1968.** 2001. 188f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Social. Salvador, 2001.

_____. **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982).** 2009. 218f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2009.

DISCURSO do Presidente João Goulart no ato da inauguração da Rio-Bahia. **O Jornal de Conquista,** Vitória da Conquista, 8 jun. p. 4, 1963.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder, a formação do patronato político brasileiro**. 16ª ed. São Paulo: Globo, 2004.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense: 1987.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MEDEIROS, Ruy Hermann de Araújo. **Há 46 anos, um desesperado maio**. Disponível em: <<http://www.blogdopaulonunes.com/v3/2011/06/05/ha-46-anos-um-desesperado-maio/>>. Acesso em: 12 set. 2011.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de (Org.). **Projeto: memória da educação na Bahia**. Salvador: Ed. UNEB, 2001.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB - Semeadores da democracia: história oral de vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política**. Belo Horizonte: UFMG, 1969.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação**. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Educação, do senso comum à consciência filosófica**. 14ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 38ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, Luis Carlos da Ibiapaba e. **Currículo pleno das escolasmunicipais**. Vitória da Conquista, BA: PMVC/SMED, 1996.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **A escola pública como local de trabalho**. São Paulo: Cortez, 1993.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2007.

VITÓRIA esmagadora do MDB nesta cidade. **O jornal de Conquista**, Vitória da Conquista, nº. 684, 20 nov. 1976.

WARDE, Miriam Jorge. **Educação e estrutura social, a profissionalização em questão**. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 1-2.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

ELENICE SILVA FERREIRA é mestra em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. E-mail: elenicesf@hotmail.com.br

CARLOS ROBERTO JAMIL CURY é mestre e doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, e professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: crjcury.bh@terra.com.br

*Recebido em maio de 2014
Aprovado em junho de 2014*

Foto 1: Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos da Bahia, na Ditadura iniciada em 1964. (p. 11)



Fonte: Foto da autora